



## **Instauratio Magna**

Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia da Universidade Federal do ABC  
**3/1 • 2023 • ISSN: 2763-7689**

Artigo

# **Ciclos de violência na Amazônia: uma análise à luz dos conceitos de Violência Extrema e Real do Capital**

**Michael Franz Schmidlehner**

Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Acre

**DOI:** 10.36942/rfim.v3i1.771

**Contato do autor:** [michael.schmidlehner@ufabc.edu.br](mailto:michael.schmidlehner@ufabc.edu.br)

## Ciclos de violência na Amazônia: uma análise à luz dos conceitos de Violência Extrema e Real do Capital

### Resumo

O artigo objetiva analisar certas formas de violência emergentes no contexto dos projetos da chamada Economia Verde na Amazônia. Moradores da floresta denunciam que estes projetos, ao comprometerem sua autonomia e seus modos de vida, exercem uma nova modalidade de violência “indireta”, que se soma à violência “direta”, à qual eles já estavam expostos anteriormente. A fim de compreender melhor esta nova modalidade de violência, dois conceitos em particular são aplicados: o de violência extrema, elaborado por Etienne Balibar, e o do Real do Capital, proposto por Slavoj Žižek, ambos inspirados pela topologia lacaniana do sujeito. Em um primeiro passo, o texto evidencia que as duas formas de violência supracitadas correspondem àquelas descritas por Balibar como ultra-subjetiva e ultra-objetiva e cuja interligação cíclica ele ilustra por meio da fita de Möbius. O segundo passo consiste em analisar a escalação de tais ciclos de violência através daquilo que Žižek descreve como irrupções traumáticas do Real do Capital e os esforços da ideologia neoliberal em reestabelecer a ordem simbólica capitalista. O artigo conclui que o próprio colapso climático e ecológico que vivenciamos hoje pode, em última consequência, ser entendido como incursão do Real do Capital. Assim, uma postura anti-violenta, que poderia interromper ou mitigar as dinâmicas da violência extrema, e, com isso, possibilitar alianças para proteger a floresta amazônica e seus habitantes tradicionais, exigiria uma melhor forma de lidar com a tendência paranoica inerente a nossa estrutura subjetiva e social, como apontada por Lacan.

**Palavras-chave:** Economia Verde, Amazônia, Violência ultra-objetiva, Real do Capital.

## Cycles of violence in Amazonia: an analysis in the light of the concepts of Extreme Violence and the Real of Capital

### Abstract

The article aims to analyse certain forms of violence emerging in the context of the so-called Green Economy projects in Amazonia. Forest dwellers denounce that these projects, by compromising their autonomy and their ways of life, exercise a new modality of “indirect” violence, which is added to the “direct” violence to which they were already exposed before. In order to better understand this new mode of violence, two concepts in particular are applied: that of extreme violence, elaborated by Etienne Balibar, and that of the Real of Capital, proposed by Slavoj Žižek, both inspired by the Lacanian topology of the subject. In a first step, the text highlights that the two abovementioned forms of violence correspond to those described by Balibar as ultra-subjective and ultra-objective, and whose cyclical interconnection he illustrates by means of the Möbius strip. The second step consists in analysing the escalation of such cycles of violence through what Žižek describes as traumatic irruptions of the Real of Capital and the efforts of neoliberal ideology to re-establish the capitalist symbolic order. The article concludes that the climate and ecological collapse we experience today can ultimately be understood as incursions of the Real of Capital. Thus, an anti-violent stance, which could interrupt or mitigate the dynamics of extreme violence, and thereby enable alliances to protect the Amazon rainforest and its traditional inhabitants, would require a better way of dealing with the paranoid tendency inherent in our subjective and social structure, as outlined by Lacan.

**Keywords:** Green Economy, Amazonia, Ultra-Objective Violence, The Real of Capital.

## Ciclos de violencia en la Amazonia: un análisis a la luz de los conceptos de Violencia Extrema y Real del Capital

### Resumen

El artículo pretende analizar ciertas formas de violencia que surgen en el contexto de los proyectos de la llamada Economía Verde en la Amazonia. Los habitantes de la selva denuncian que estos proyectos, al comprometer su autonomía y sus modos de vida, ejercen una nueva modalidad de violencia “indirecta”, que se suma a la violencia “directa” a la que ya estaban expuestos anteriormente. Para comprender mejor esta nueva modalidad de violencia, se aplican en particular dos conceptos: el de violencia extrema, elaborado por Etienne Balibar, y el de lo Real del Capital, propuesto por Slavoj Žižek, ambos inspirados en la topología lacaniana del sujeto. En un primer paso, el texto evidencia que las dos formas de violencia mencionadas corresponden a las descritas por Balibar como ultrasubjetiva y ultraobjetiva, y cuya interconexión cíclica ilustra mediante la banda de Möbius. El segundo paso consiste en analizar la escalada de dichos ciclos de violencia a través de lo que Žižek describe como irrupciones traumáticas de lo Real del Capital y los esfuerzos de la ideología neoliberal por restablecer el orden simbólico capitalista. El artículo concluye que el propio colapso climático y ecológico que experimentamos hoy puede entenderse en última instancia como incursión de lo Real del Capital. Por lo tanto, una postura antiviolenta, que pudiera interrumpir o mitigar la dinámica de la violencia extrema, y posibilitar así alianzas para proteger la selva amazónica y a sus habitantes tradicionales, requeriría una mejor manera de lidiar con la tendencia paranoica inherente a nuestra estructura subjetiva y social, la cual fue apuntada por Lacan

**Palabras clave:** Economía verde, Amazonia, violencia ultra-objetiva, Lo real del capital.

## **Introdução: dinâmicas da violência na Amazônia no contexto do capitalismo verde.**

No documento final do encontro “Amazônia Sitiada: Entre Violência Bruta e Golpe ‘verde’ - Povos da Floresta em Defesa da Mãe Terra e Contra as Invasões do Capital”, realizado durante os dias 13 e 14 de maio de 2021, os cerca de 100 participantes, em sua maioria integrantes dos povos indígenas e comunidades locais da Amazônia, declaram:

Denunciamos que estamos sitiados/as entre a violência direta, exercida por madeireiros, fazendeiros e megaprojetos, e agravada pela política fascista e genocida do governo brasileiro; e a violência indireta, mas não menos severa, do ‘capitalismo verde’ com seus projetos e programas REDD+, REM, PSA e “Soluções Baseadas na Natureza” (“Carta em Defesa da Amazônia”, 2021).

Enquanto o desmatamento e as invasões diretas ainda têm alguma visibilidade na mídia dominante, a violência exercida em função dos projetos e programas da Economia Verde – ou, como as comunidades atingidas preferem dizer, do “capitalismo verde” – é grandemente negligenciada pela grande mídia. Geralmente, estes empreendimentos – massivamente propagadas pelas grandes ONGs e agências internacionais de desenvolvimento<sup>1</sup> – são apresentados como “soluções ganha-ganha” que além de contribuir para salvar o planeta, gerariam benefícios econômicos a serem repartidos com as comunidades locais. Porém, projetos do tipo REDD (Redução de Desmatamento e Degradação Florestal) e programas como REM (REDD Early Movers), que incentivam a implementação de REDD e PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) têm severos impactos negativos sobre a floresta e seus habitantes (BÜSCHER, 2012; FAUSTINO; FURTADO, 2015; GEBARA; AGRAWAL, 2017).

O que tais projetos e programas têm em comum é que eles seguem a lógica da compensação climática ou ambiental: o não-desmatar ou a não-degradar áreas florestais – assim evitando emissões a partir dessas áreas – poderia compensar emissões causadas pela queima de combustíveis fósseis por parte de indústrias em outra parte. Desta forma, por exemplo, indústrias petrolíferas ou companhias aéreas podem continuar fazer “*business as usual*” e, “compensando” suas emissões por meio da compra de certificados REDD, declarar-se “neutros em carbono”.

De forma similar, a degradação da biodiversidade em um ecossistema ou a destruição de paisagens por megaprojetos de infraestrutura ou mineração pode ser “compensada” pela compra de certificados que, gerados a partir de florestas intatas, atestam a conservação da biodiversidade ou da beleza cênica. Nesta lógica de financeirização da natureza (OUMA; JOHNSON; BIGGER, 2018), o processo vital de um ecossistema é subdividido de acordo com diferentes aspectos de sua utilidade para o ser humano em “serviços”, cuja manutenção pode ser vendida e comprada. As duas formas de violência – direta e indireta, como denunciados na declaração supracitada, de fato estão, no contexto atual amazônico, estreitamente entrelaçados: as invasões e ameaças diretas por parte de madeireiros, fazendeiros e seus pistoleiros etc. fazem com que comunidades aceitem projetos baseados em compensação ambiental ou climática, uma vez que, com estes, sua permanência no lugar, pelo menos num primeiro momento, é assegurada. No entanto, estes projetos, em consequência das restrições ambientais, causam o abandono das áreas e, a longo prazo, as torna novamente propensas a serem invadidas e exploradas de forma predatória (KILL, 2018).

As diversas “sinergias” que se estabelecem entre destruição direta da floresta e projetos de compensação podem ainda ser exemplificadas no novo código florestal (BRASIL, 2012), na medida em que este facilita o cadastro e o comércio de Cotas Rurais Ambientais (CRAs). Estes títulos representativos de cobertura vegetal permitem que, por exemplo, um latifundiário que em sua área desmata acima do permitido pode, ao invés de reflorestar, “compensar” este desmatamento por meio de CRAs registradas em algum outro lugar dentro do mesmo bioma. O descontrolado registro de CRAs nos últimos anos (GARCIA, 2021; ISA, 2022), inclusive em áreas de florestas públicas, acabou contribuindo fortemente com o aumento de grilagem e violência direta na Amazônia (DE PAULA; DE JESUS MORAIS, 2013; JACARANDÁ; MATZEMBACHER, 2018).

As denúncias que têm acompanhado os projetos de compensação ambiental e climática, que vêm sendo implementados em florestas tropicais em ritmo acelerado, abrangem desde a perda de soberania alimentar das comunidades (que, em função do projeto, geralmente são proibidos de fazer roçado, caçar e pescar), perda de seus conhecimentos tradicionais, sua sucessiva criminalização e até, em última consequência, sua expulsão da floresta. (BÜSCHER, 2012; FAUSTINO; FURTADO, 2015; GEBARA; AGRAWAL, 2017; LOHMANN, 2008; SCHMIDLEHNER, 2012; TELES; SOUZA, 2012). Entretanto, a revelação dessas falsas soluções da chamada Economia Verde e os inúmeros estudos que comprovam sua contraprodutividade em relação à crise ecológica têm pouco efeito, pois estas informações geralmente não chegam à maioria da sociedade, que está sujeita à propaganda das grandes ONGs aliadas às corporações poluidoras que promovem estes projetos lucrativos. Tais organizações também utilizam astutamente as críticas que recebem para constantemente adaptar seu discurso<sup>2</sup>. A cada vez mais desacreditada sigla REDD, como

mostra Schmidlehner (2021), ultimamente vêm sendo substituída pelo slogan eufemístico “Soluções Baseadas na Natureza”.

O presente artigo tenta contribuir para uma melhor compreensão desta “violência indireta” denunciada pelos povos da floresta, bem como para uma melhor maneira de lidar com ela. Como é gerada? Como se diferencia e se relaciona com as outras formas mais visíveis de violência a que esses povos estão sujeitos? Que tendências podem ser observadas atualmente e que desenvolvimentos futuros podemos esperar? Quais estratégias ou atitudes podemos empregar para enfrentá-la, contê-la ou superá-la de alguma forma?

Nas seções a seguir, abordarei essas questões por duas vias. A teoria de Etienne Balibar (2015) mostra as estreitas interligações entre, por um lado, formas de violência abertamente hostis e, por outro, aquelas geradas pelos mecanismos “impessoais” de apropriação e exclusão intrínsecos ao capitalismo. O conceito do Real do Capital desenvolvido por Slavoy Žižek (2015), por sua vez, revela formas de geração de violência capitalista que só vieram à tona neste século no contexto do domínio global do capital financeiro e que, somando-se àqueles apontados por Balibar, afetam a realidade da vida dos povos da Amazônia.

### **Formas de violência segundo Etienne Balibar**

Em seu trabalho *Violência e Civilidade* (2015), visando destrinchar as relações entre política e violência, Etienne Balibar propõe como conceito central a noção de “violência extrema”, isto é, “uma violência que a política não pode ‘administrar’ mesmo quando assume as formas do chamado estado de exceção” (BALIBAR, 2015, p. 20)<sup>3</sup>. O que quer dizer que a



política não pode “administrar” esta forma de violência? Balibar concorda com Lacan que toda ordem simbólica é incompleta e inevitavelmente gera um resto que não pode nela ser simbolizado. Este excesso traumático e não dizível, que Lacan denomina “real” constantemente ameaça a ordem e esporadicamente irrompe de forma aparentemente caótica e intrinsecamente violenta. “[O] ‘real’ [...] não se baseia na percepção empírica, mas em sua inversão alucinatória, na falta ou ‘buraco’ que rompe ou interrompe a ordem simbólica do discurso, da história ou da ação, ‘voltando sempre para o mesmo lugar’” (BALIBAR, 2015, p.70)<sup>4</sup>.

O Estado, precisa, para deter ou prevenir estas interrupções violentas da ordem simbólica, exercer uma contra-violência, fazendo uso de seu monopólio de violência e das medidas do estado exceção. Abre-se assim um círculo vicioso, ou seja, “uma fuga para a frente que não tem final imputável: do ‘monopólio legítimo da força’ [violência] à contra-violência preventiva, e da contraviolência preventiva à crueldade institucional” (BALIBAR, 2015, p.78)<sup>5</sup>.

“Violência extrema” constituiria, neste sentido, um resto, um “mais-de-violência”<sup>6</sup>, não eliminável, que excede o controle político. Ela é, segundo Balibar, uma característica do Estado liberal e da economia capitalista. Para lidar com os círculos viciosos que se estabelecem entre violência e contra-violência e evitar um aumento exponencial da violência extrema, o autor propõe uma política de anti-violência que – em oposição a uma simples rejeição da violência em termos de não-violência – leva em conta esta complexa dinâmica.

Balibar ainda distingue dois modos opostos, mas complementares, nos quais a violência extrema se realiza, que ele denomina “ultra-objetiva” e

“ultra-subjetiva”. Como formas de violência ultra-objetiva, mais diretamente associadas ao capitalismo global, o autor entende:

[...] situações de empobrecimento maciço em que populações inteiras deslizam de “fazer viver” para “deixar morrer” porque se tornaram “supérfluas” ou “excessivas”, de modo que sua presença não tem mais lugar — mesmo do ponto de vista da reprodução das condições capitalistas (BALIBAR, 2015, p.69)<sup>7</sup>.

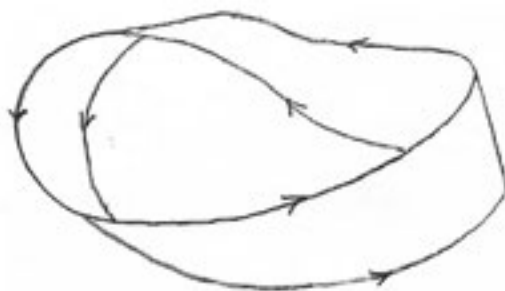
A violência ultra-subjetiva, por sua vez compreende processos genocidas, nas quais

[...] o que conta não é tanto a dimensão massiva do processo (embora isso esteja latente no fato de que a busca do inimigo absoluto nunca pode impor limites a si mesmo), mas a representação fantasiosa do Outro como uma ameaça mortal operando a partir de dentro da comunidade [...] (BALIBAR, 2015, p.69)<sup>8; 9</sup>.

Neste ponto, a proximidade ou mesmo a equivalência entre as duas formas de violência – direta e indireta – denunciadas na carta citada no início deste artigo e ultra-subjetiva e ultra-objetiva descritas por Balibar, torna-se evidente. A violência direta – invasões de madeireiros, fazendeiros, perseguições e assassinatos pode ser atribuída tendencialmente a sujeitos de atuação que se pautam num discurso muitas vezes paranoico, moralista-religioso e até abertamente racista<sup>10</sup>. Os programas do capitalismo verde, por sua vez, operam de forma anônima e, ao gerarem quase que “automaticamente” desenraizamento cultural e epistemicídio, exclusão e miséria, articulam um discurso politicamente correto de preservação, equidade e participação, ocultando assim sua natureza violenta.

Em sua diferenciação entre as formas ultra-subjetiva e ultra-objetiva de violência, Balibar (2015, p. 69 e 77) faz eco àquela que Michel Foucault (2005, p. 287) estabelece entre poder soberano e biopoder. Enquanto o primeiro consiste na coerção direta por parte do soberano e seu poder de “fazer morrer”, o segundo refere-se às formas anônimas pelas quais um sistema produz determinados modos de vida e descarta pessoas que nele não tem mais utilidade no sentido de “deixar morrer”. Foucault assume que o surgimento do biopoder não substitui o poder soberano, mas se soma a ele no sentido de uma aumentada complexidade no exercício do poder.

Balibar, por sua vez, ao invocar noções da psicanálise lacaniana, consegue desvendar com maior precisão a lógica concreta que subjaz às duas modalidades. Ele compara a contínua passagem entre as violências ultra-subjetiva e ultra-objetiva, recorrendo à topologia de Lacan, com uma fita de Möbius: uma faixa fechada, cujos dois lados unem-se indistintamente para formar uma única superfície.



• Figura 1.  
**Representação da fita de Möbius**  
BALIBAR, 2015, p.73

Mas qual é o significado da faixa de Möbius no contexto da teoria lacaniana? Lacan (2004, p. 110–112) vê nela representada o “não-lugar” do sujeito, sua fundamental incapacidade de distinguir um interior de um

exterior e, com isso, sua estrutura fundamentalmente paranoica<sup>11</sup>. Balibar, por sua vez, vai além deste emprego topológico da faixa de Möbius, enxergando nela ainda “uma metáfora do fechamento político que resulta da passagem contínua de uma forma de violência para outra” (BALIBAR, 2015, p.95)<sup>12</sup>. Resumindo a argumentação do autor, poder-se-ia formular: a construção fantasmagórica de um outro como sujeito inimigo – o mal-reconhecimento do outro – e a redução de seres humanos a objetos – o não-reconhecimento do outro – inscrevem-se numa única fundação que consiste numa estrutura tendencialmente paranoica, a qual em última consequência não permite distinguir o dentro do fora, o eu do outro, a violência própria da violência do outro.

A violência ultra-objetiva é associada por Balibar (2015, p. 82)<sup>13</sup> com a “intervenção estatal que expropria os pequenos proprietários de terras e acelera a concentração dos meios de produção”, ou seja, aquilo que Marx (1962) e Rosa Luxemburg (1913) descreveram como Acumulação Primitiva. Este processo, na obra de Marx, encontra-se exemplificado por meio da “lei de furto da madeira” (MARX, 2017), que, no século XIX, proibiu moradores das florestas na Alemanha de recolherem do chão madeira seca, a qual eles necessitaram para cozinhar e aquecer suas casas. Criminalizados desta forma, estes pequenos proprietários migraram para os centros urbanos. Desta forma, os capitalistas conseguiram, simultaneamente, apropriar-se das áreas florestais como meio de produção e explorar a mão de obra do exército de reserva de mão-de-obra que suas indústrias demandavam. Este processo, como observou Rosa Luxemburg (1913), é um elemento inerente e contínuo do sistema capitalista e subjaz os processos colonialistas e imperialista até hoje. De fato, podemos identificar o mesmo mecanismo nos projetos do tipo REDD e PSA que vêm sendo implementados na Amazônia. Na carta dos povos citada anteriormente podemos ler:

Durante a grande enchente (...) no Acre em 2021, muitos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores tiveram seus roçados e suas casas destruídos, e atualmente não tem como alimentar suas famílias adequadamente. As proibições de caça e do uso de madeira e os sistemas de vigilância ambiental implementados nos nossos territórios agravam ainda mais as crises alimentares e de moradia. (“Carta em Defesa da Amazônia”, 2021, grifo nosso).

Porém, as estratégias da chamada Economia Verde, ao instrumentalizarem a crise ecológica, vão além do mecanismo da Acumulação Primitiva prevaiente no capitalismo industrial. Enquanto no contexto do capitalismo inicial, tratava-se da questão da propriedade da terra e da produção física por meio dela, nos atuais mecanismos de compensação climática e ambiental estes aspectos perdem sua relevância ao passo em que não há produção física-industrial no território envolvida.

A lógica da financeirização da natureza ainda assenta-se em grande parte na Acumulação Primitiva. No entanto, os direitos que garantem o controle sobre os territórios não recaem sobre o material tangível, mas sobre processos incorpóreos e intangíveis. Estes direitos, securitizados sob a forma de certificados de carbono, biodiversidade, CRAs etc. estão sendo comercializados em bolsas de valores como, por exemplo, na Bolsa Verde de Rio de Janeiro (BVRIO, 2022). A comercialização de tais certificados, de acordo com a lógica capitalista liberal, pretende regular a problemática ecológica através da oferta e da demanda. Com o agravamento da crise, a demanda por certificados aumentaria e, conseqüentemente, sua produção através da proteção ambiental ou de medidas para evitar emissões. Considerando estes aspectos, ao analisar a violência oriunda dos projetos do tipo REDD e PSA, além da Acumulação Primitiva, a dinâmica específica do capitalismo financeiro também precisa ser levada em conta.

## O Real do capital segundo Slavoj Žižek

Marx (1996) descreve a acumulação do capital industrial por meio da sua fórmula  $D - M - D'$  (Dinheiro — Mercadoria — mais Dinheiro), onde a mais-valia e o acúmulo do capital são obtidos por meio da expropriação da mão de obra dos trabalhadores. No capitalismo financeiro, por sua vez, a fórmula se reduz à  $D - D'$ , ou seja, o fator trabalho é eliminado e o capital “aparece como fonte misteriosa e autocriadora do juro, de seu próprio incremento” (MARX, 1986, p. 294).

Face ao domínio do capital financeiro sobre a economia mundial como a vivemos no século XXI, Slavoj Žižek (2015, p. 24) constata que

[...] os destinos de camadas inteiras da população e por vezes até mesmo de países podem ser decididos pela dança especulativa “solipsista” do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social.

As consequências desastrosas desta “dança solipsista” podem ser claramente ilustradas com a situação da Amazônia – mesmo fora do contexto da chamada Economia Verde. Quando os preços do ouro dispararam em 2008 com o colapso do *Lehman Brothers*, a mineração ilegal de ouro na Amazônia aumentou vertiginosamente. Em consequência disso, por exemplo, no distrito de Madre de Dios, na Amazônia peruana, os níveis de mercúrio na maioria das espécies de peixes aumentaram fortemente entre 2009 e 2012 e 78% dos adultos na capital Puerto Maldonado tinham níveis de mercúrio em cabelos acima dos limites de referência internacional para a saúde humana (CBC, 2021; FERNÁNDEZ, 2013). Outro exemplo é a cotação do dólar americano, que, toda vez que sobe, ao estimular a exportação de carne e soja, acelera o desmatamento na Amazônia (FEARNSIDE, 2015).

Esta relativa autonomia do capital financeiro e a violência, que se manifesta a partir dele, independente das intenções e fora do controle dos próprios capitalistas, leva Žižek a formular a noção do Real do Capital.

Aqui encontramos a diferença lacaniana entre a realidade e o Real: a ‘realidade’ é a realidade social das pessoas concretas envolvidas na interação e nos processos produtivos, enquanto o Real é a inexorável lógica espectral ‘abstrata’ do Capital que determina o que se passa na realidade social (ŽIŽEK, 1999, p. 276)<sup>14</sup>.

Neste ponto cabe elaborar sobre a noção do Real na teoria lacaniana<sup>15</sup>. Lacan entende que a constituição de um sujeito envolve três dimensões ou, como ele os chama, três registros diferentes: o Imaginário, o Simbólico e o Real (LACAN, 2005, p. 12). A dimensão do imaginário se abre ao ser humano assim que ele cria, na infância, uma primeira representação de seu próprio corpo, ou seja, a partir do momento em qual ele é capaz de se reconhecer no espelho (LACAN, 1998). A divisão entre o eu que imagina e o eu imaginado abre um universo de re-presentações imaginárias. O registro do Simbólico, por sua vez, é associado à “realização edipiana” (LACAN, 2005, p. 33), em outras palavras, à superação daquilo que Freud chama o complexo de Édipo, ou seja, à aceitação da ordem familiar-social e linguística. A produção imaginária, juntamente com as – e censurada pelas – proibições e limitações do Simbólico, estabelece o que o sujeito conhece – ou seja, que “co-nasce” com ele (LACAN, 1985, p. 139) – como “realidade”. O Real, finalmente, é aquilo que não cabe, que resiste, que contradiz esta realidade. A característica aporética do Real faz com que ele só pode ser descrito de forma negativa: o in-imaginável, não-simbolizável, ou seja, “[n]ão na qualidade de simples escolha contra o qual quebramos a cara, mas de escolha lógico daquilo que, do simbólico, se enuncia como impossível” (LACAN, 1992b, p. 116).

O Real, ao constantemente ameaçar a ordem simbólica e esporadicamente irromper, provoca a perpétua produção imaginária e simbólica. As “feridas” causadas por suas incursões precisam constantemente ser “suturadas” pelo sujeito, por meio de produção discursiva. No entanto, trata-se de um esforço inacabável, pois cada ponto de agulha neste processo de “sutura” cria uma nova ferida (ANGERMÜLLER, 2007, p. 73; MILLER, 1977).

A introdução da noção do Real do Capital por Žižek tem consequências de longo alcance. Agora, o capital não é mais apenas uma abstração ideológica produzida socialmente, mas adquire um caráter não-ideológico independente, de uma força autônoma, por assim dizer, que intervé na sociedade a partir do seu exterior. A ideologia neoliberal consiste em constantemente “suturar” suas traumáticas incursões na realidade, reestabelecendo a fantasia de uma ordem capitalista auto-reguladora e fundamentalmente equilibrada. Considerando que o sistema econômico capitalista, sendo voltado para o crescimento infinito num planeta finito, não pode ser sustentado no longo prazo (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; HICKEL; KALLIS, 2020), as tentativas de perpetuá-lo se apresentam como “uma luta cada vez mais desesperada para manter a realidade coesa, contra as incursões traumáticas do Real do Capital”. (WILSON, 2014, p. 315)<sup>16</sup>.

## Conclusões

Levando adiante a noção žižekiana do Real do Capital, e considerando a estreita relação entre três séculos de industrialização capitalista e o atual colapso climático e ecológico, este pode ser entendido como a derradeira incursão do Real do Capital. As estratégias da chamada Economia Verde,



ao perpetuarem a fantasia da “mão invisível” do mercado que seria capaz de equilibrar nossa atmosfera e biosfera, se apresentam como tentativas fúteis de manter um sistema condenado ao fracasso. Os esforços infatigáveis da ideologia capitalista de manter sua realidade coesa diante o agravamento da crise, ou seja, a insistência de governos e instituições nas falsas soluções do capitalismo verde, apontam para a escalação dos ciclos de violência e o agravamento da crise global e, em particular, para uma destruição acelerada da Amazônia e o continuado extermínio de seus povos.

As análises de Balibar nos ajudam a compreender a genealogia conjunta das violências ultra-subjetiva e ultra-objetiva, os mecanismos de realimentação entre eles e seu potencial de escalação. No caso concreto da implementação de projetos de compensação ambiental e climática na Amazônia, é preciso levar em consideração que estes já representam uma reação às primeiras incursões do Real do Capital – à catástrofe ambiental e climática causada por séculos de industrialização capitalista. Tais tentativas condenadas de restaurar a ordem fracassada, ou seja, de “suturar” a ferida, que só a rasga mais, desencadearam o círculo vicioso de destruição e violência. Desta forma, aquilo que Balibar (2015, p. xiii)<sup>17</sup> descreve como “economias de destruição generalizadas” implementa-se e ganha impulso hoje na Amazônia.

Vimos ainda, como, nos projetos de compensação ambiental e climática, as dinâmicas mais violentas do capitalismo se manifestam. Mais precisamente, as do capitalismo industrial se unem àquelas do capitalismo financeiro: à espoliação por Acumulação Primitiva se acrescenta a exclusão do trabalho e das pessoas para dar lugar à autocriação do capital.

Provavelmente a pergunta mais difícil de responder entre aquelas formuladas na introdução deste artigo é a relativa a possíveis estratégias ou atitudes em face desta escalada de violência. A carta dos povos da Amazônia termina com o seguinte chamado:

Apelamos para a sociedade civil do Brasil e do mundo, que se solidarizem com nossa luta pela sobrevivência, pela floresta amazônica e pela vida na Terra, e que refutem as falsas soluções do capitalismo “verde”. Vamos nos manter articulados e lutar juntos para impedir a extinção da vida na Amazônia e no mundo pelo crescimento desenfreado da economia capitalista. Comunicação, denúncia, e mobilização são nossas armas e a união é nossa força! (“Carta em Defesa da Amazônia”, 2021).

Ação, denúncia e o apelo à sociedade para resistir certamente são mais necessários do que nunca, diante da situação calamitosa. Ao mesmo tempo, esta situação nos obriga a ir além de uma simples recusa das maquinações do capitalismo e a nos engajar em uma autorreflexão. Vimos com Balibar que a escalada dos ciclos de violência, como os vivemos atualmente no contexto do capitalismo, é pré-programada como uma possibilidade em nossa constituição como sujeitos. As atitudes de solidariedade, unidade e comunicação, como evocadas na carta, estão ficando cada vez mais escassas em nossa sociedade dominada pela compulsão ao consumo, pela precariedade financeira e pela sobrecarga de informação. Esta rastejante brutalização e indiferença, contra as quais a princípio nenhum de nós é imune, são de fato a condição prévia para a manifestação da violência. Como podemos contrariar esta tendência?

Etienne Balibar propõe, para designar uma atitude anti-violenta, o conceito de “civildade”. Ele enfatiza, que não existe uma estratégia a priori de civilidade. Em vez disso, trata-se de uma prática cívica que precisa

ser constantemente criada e renovada. Baseado nas elaborações nas subseções anteriores deste artigo, podemos interpretar o conceito de Balibar assim: nossa disposição latente paranoica, como evidenciada por Lacan, a fim de não gerar excessos de violência, requer o desenvolvimento de uma certa habilidade em lidar com as questões de identidade e alteridade. Esta habilidade afetiva-cultural nos ajuda evitar tanto o não-reconhecimento, quanto o mal-reconhecimento do outro; por um lado, ela nos previne de ficar indiferentes à transformação de nossos semelhantes em objetos que se tornam supérfluos e que são “deixados para morrer”. Por outro lado, ela nos faz abster da fantasmagórica construção do outro como sujeito inimigo e ameaçador a nossa identidade.

Traduzido para o contexto amazônico, este ato de equilíbrio – reconhecer o outro como semelhante e, ao mesmo tempo, respeitar sua diferença cultural – se faz necessário para que a sociedade civil possa construir as alianças necessárias com os indígenas e integrantes das comunidades locais das florestas na luta pela preservação da vida.

## Notas

**1.** Instituições e programas internacionais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), assim como grandes ONGs como *The Nature Conservancy* (TNC), *Conservation International* (CI), *World Wildlife Fund* (WWF) e União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN) promovem fortemente a chamada Economia Verde. Uma análise crítica, no entanto, mostra que essas associações e o discurso público que elas produzem são cada vez mais dominados por interesses econômicos particulares (WRM, 2019).

**2.** As ardilosas estratégias que têm caracterizado o discurso dominante acerca de desenvolvimento e sustentabilidade desde meados do século XX foram analisadas a fundo por Arturo Escobar (1998). O livro de Andrea Cornwall (2007) *Buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse* descreve diversos processos de reformulação e assimilação, ou seja, o “sequestro” de conceitos críticos da sociedade civil por parte das grandes ONGs e agências de desenvolvimento. A reformulação discursiva mais recente, no contexto do mercado de carbono, sob o slogan “Soluções baseadas na Natureza”, foi analisada por Schmidlehner (2021).

**3.** Texto original: “*a violence that politics cannot ‘manage’ even when it takes the forms of the so-called state of exception [...]*”.

**4.** Texto original: “[T]he ‘real’ with which it confronts us is based not on empirical perception but on its hallucinatory inversion, the lack or ‘hole’ that ruptures or interrupts the symbolic order of discourse, history, or action by always ‘coming back to the same place’”.

5. Texto original: “*a flight to the front that has no assignable end: from the ‘legitimate monopoly of force’ [violence] to preventive counterviolence, and from preventive counterviolence to institutional cruelty*”.

6. Ao usar esta expressão, faço ligação com a noção lacaniana do mais-de-gozar. O fato de a ordem simbólica ser sempre incompleta e ter que constantemente selar-se do real implica a impossibilidade um gozo completo. À este gozo necessariamente renunciado pelo sujeito, este resto de gozo sempre adiado, Lacan se refere com a expressão mais-de-gozar.

Em seu *Seminário XVI*, o analista aprofunda sua reflexão sobre o mais-de-gozar e o vincula ao conceito de mais-valia de Marx. Mais-valia é entendida aqui como o excedente que o capitalista necessariamente precisa reter do trabalhador, ou seja, “[e]sse trabalho não remunerado, embora pago de maneira justa em relação a consistência do mercado no funcionamento do sujeito capitalista” (LACAN, 2006, p. 37).

Neste sentido, mais-de-gozar e mais-valia seguem a mesma lógica: a privação do valor é inerente à ordem capitalista da mesma forma como abstenção do gozo à ordem simbólica que estrutura o sujeito.

A compreensão desta homologia auxilia para melhor entender a aplicação dos conceitos de gozo e mais-valia por parte de autores de inspiração lacaniana como Balibar (2015) e Slavoj Žižek (1999; 2015). A partir dela, as relações estruturais subjacentes à constituição do sujeito podem ser verificadas em contextos econômicos e sociais, facilitando a análise dos círculos viciosos de violência capitalista a partir da ótica psicanalítica.

7. Texto original: “*situations of mass impoverishment in which whole populations slide from “make live” to “let die” because they have beco-*

me “superfluous” or “excessive,” so that their presence no longer has a place—even from the standpoint of the reproduction of capitalist conditions”.

**8.** Texto original: “[...] where what counts is not so much the mass dimension of the process (although that is latent in the fact that the search for the absolute enemy can never impose limits on itself), as the fantasy representation of the Other as a mortal threat operating from inside the community [...]”.

**9.** Nota-se que Balibar aqui escreve Outro (*Other*) com maiúscula, ou seja, ele se refere aquilo que Lacan chama de “grande Outro” e que, segundo o psicanalista, “deve ser em primeiro lugar considerado como um lugar, o lugar em que a fala se constitui” (LACAN 1988, p. 309). Falar do Outro como um sujeito só é possível em sentido secundário: um sujeito pode em certas situações “ocupar” (LACAN, 1992a, p. 235) esta posição, ou “encarnar” o Outro para outro sujeito (LACAN, 1992a, p. 383). Presumo que Balibar usa o termo neste segundo sentido, ao descrever – no contexto da violência ultra-subjetiva – processos de demonização, fetichização ou as construções imaginárias de “raças” (BALIBAR, 2015, p. 60). De uma perspectiva estritamente lacaniana, pode parecer questionável se esse uso do termo é justificado, ver também nota de rodapé (10) neste contexto.

**10.** Considera-se aqui um discurso paranoico aquele que apresenta que apresenta os traços básicos da paranoia, como descritas por Freud e Lacan. Freud definiu a paranoia como modo patológico de defesa: o sujeito se defende de uma “representação inconciliável com o eu, projetando seu conteúdo no mundo externo” (FREUD, 1950, p. 120). Lacan vê esse

mecanismo, em que o sujeito transfere suas próprias inconsistências para o outro e o enxerga como inimigo, não limitado à manifestação psicótica (patológica) da paranoia, mas o reconhece como algo inerente à subjetividade humana: “Trata-se, justamente, do delírio da bela alma misantrópica, que rechaça para o mundo a desordem que compõe seu ser” (LACAN, 1998a, p. 117). (Para maior entendimento, veja também a próxima nota de rodapé.)

Afirmações e ocorrências que ilustram este discurso estão documentados no relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre violência contra indígenas. Por exemplo: “[N]a aldeia Amambai (MS), as ñandesy (rezadoras) sofreram ameaças e insultos por pessoas ligadas a igrejas evangélicas, que as acusaram de bruxaria e feitiçaria” (CIMI, 2022, p. 27).

As tendências racistas paranoicas tornaram-se particularmente evidentes em conexão com a vacinação contra COVID-19:

Muitos indígenas repetem o que ouvem de religiosos fundamentalistas – de que se trata da “marca da besta” e que a seringa conteria um “chip líquido”. [...] Além das notícias falsas, ainda enfrentam mensagens com cunho racista, agressivo e preconceituoso, através de WhatsApp, como uma que circulou na aldeia Tey Kue: “Por que os índios têm que ser os primeiros a vacinar, se eles não têm serventia?” (CIMI, 2022, p. 189-190).

Os comentários ofensivos e racistas de internautas, por ocasião da imunização prioritária das populações indígenas contra Covid-19, respaldam-se em noções de produtivismo e de mérito: “isso mesmo, imuniza essa peste que não produz nada... bando de cachaceiro”; “eu acho um absurdo isso. Para nós que saímos todos os dias para trabalhar e produzir, pagamos impostos, temos que ser os últimos da fila. Agora, índio e bandido que só dão despesa têm que ser os primeiros. Isso é Brasil!” (CIMI, 2022, p. 26-27).

**11.** A noção de uma tendência paranoica inerente à estrutura do sujeito está presente desde início no pensamento de Lacan. Já na tese de doutorado de Lacan intitulada “Da Psicose Paranóica e suas Relações com a Personalidade”, ele chega a sugerir que a consciência psicótica-paranoica seja “apenas uma forma empobrecida da consciência normal” (LACAN, 1987, p. 291). Em seu texto “A agressividade em psicanálise” de 1948, ele elabora explicitamente a “estrutura paranoica do eu”: Incapaz de distinguir o eu do seu espelhamento no outro, o sujeito tende a permanentemente “nega[r] a si mesmo e acusa[r] o outro”, ou seja, “rechaça[r] para o mundo a desordem que compõe seu ser” (LACAN, 1998a, p. 117). Esta tendência paranoica, decorrente da alienação no estágio de espelho, permeia todas as áreas da convivência humana, toda a produção do conhecimento e até mesmo o processo psicanalítico (LACAN, 1998b).

**12.** Texto original: *“a metaphor for the political closure that results from the continuous passage from one form of violence to another”*.

**13.** Texto original: *“[...] the state intervention that expropriates small landowners and accelerates the concentration of the means of production”*.

**14.** Texto original: *“Here we encounter the Lacanian difference between reality and the Real: ‘reality’ is the social reality of the actual people involved in interaction and in the productive processes, while the Real is the inexorable ‘abstract’ spectral logic of Capital which determines what goes on in social reality.”*

**15.** Uma explicação detalhada da noção do Real em Lacan iria além do escopo deste artigo. O parágrafo que remete a esta nota de rodapé tem o



objetivo de fornecer apenas uma introdução preliminar. As considerações feitas nele se baseiam principalmente nas elaborações de Lacan até início dos anos 50 (LACAN, 1985, 2005), época na qual o conceito começou a assumir contornos mais nítidos e sua importância central na teoria lacaniana do sujeito tornou-se clara. Neste ponto é preciso assinalar que nas décadas seguintes a noção do Real ainda passou por uma série de ajustes nos ensinamentos de Lacan.

16. Texto original: “*an increasingly desperate struggle to hold reality together, against the traumatic incursions of the Real of Capital*”.

17. Texto original: “*generalized ‘economies of destruction’*”.

## Bibliografia

ANGERMÜLLER, J. Diskurs als Aussage und Äußerung. Die enunziative Dimension in den Diskurstheorien Michel Foucaults und Jacques Lacans. In: **Ingo Warnke (Hrsg.), Diskurslinguistik nach Foucault. Theorie und Gegenstände.** Berlin, New York: De Gruyter, 2007. p. 53–80.

BALIBAR, É. **Violence and civility: On the limits of political philosophy.** [s.l.] Columbia University Press, 2015.

BRASIL. **LEI No 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** , 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BÜSCHER, B. Payments for Ecosystem Services as Neoliberal Conservation: (Reinterpreting) Evidence from the Maloti-Drakensberg, South Africa. **Conservation and Society**, v. 10, n. 1, p. 29–41, 2012.

BVRIO. **Bolsa Verde Do Rio De Janeiro.** Disponível em: <<https://bolsaverdebr.com/>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

**Carta em Defesa da Amazônia e da Mãe Terra, contra as Invasões do Capital, da Violência Bruta e dos Golpes “Verdes”.** Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/carta-em-defesa-da-amazonia-e-da-mae-terra-contra-as-invasoes-do-capital-da-violencia-bruta-e-dos-golpes-verdes/>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CBC. **Memoria de la conferencia No 02: “La Minería en Madre de Dios - La Pampa y Frontera Pirata en Madre de Dios” - Centro Bartolomé de Las Casas.** Disponível em: <<https://cbc.org.pe/2021/11/03/memoria-de-la-conferencia-no-02-la-mineria-en-madre-de-dios-la-pampa-y-frontera-pirata-en-madre-de-dios/>>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CORNWALL, Andrea. **Buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse.** *Development in practice*, 2007, 17. Jg., Nr. 4-5, S. 471-484.

DE PAULA, E. A.; DE JESUS MORAIS, M. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 35, 2013.

ESCOBAR, Arturo; ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo.** Editorial Norma, 1998.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre. **Relatoria Nacional de Direito Humano ao Meio Ambiente.** Rio Branco (AC), 2015.

FEARNSIDE, P. **Alta do dólar impulsiona o desmatamento na Amazônia.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/amazonia/noticia/2015/04/philip-fearnside-alta-do-dolar-impulsiona-o-desmatamento-na-amazonia.html>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

FERNÁNDEZ, L. Mercurio en Madre de Dios: Concentraciones de mercurio en peces y seres humanos en Puerto Maldonado. **Carnegie Amazon Mercury Ecosystem Project. Research Brief**, v. 1, n. 3, 2013.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. [s.l.] Martins Fontes, 2005.

FREUD, S. (Manuskript H) Paranoia. In: **Aus den Anfängen der Psychoanalyse: Briefe an Wilhelm Fliess, Abhandlungen und Notizen aus den Jahren 1887-1902**. London: Imago, 1950. p. 118–123.

GARCIA, G. **Amazônia: especialistas pedem que governo casse registro de lotes com desmatamento ilegal**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/23/amazonia-especialistas-pedem-que-governo-casse-registro-de-lotes-com-desmatamento-ilegal.ghtml>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GEBARA, M. F.; AGRAWAL, A. Beyond rewards and punishments in the Brazilian Amazon: Practical implications of the REDD+ discourse. **Forests**, v. 8, n. 3, p. 66, 2017.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Mass./London: Harvard UP, 1971.

HICKEL, J.; KALLIS, G. Is green growth possible? **New political economy**, v. 25, n. 4, p. 469–486, 2020.

ISA. **Instituto Socioambiental: Amazônia teve pior desmatamento da década em 2021**. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental>.

org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/fique-sabendo-de-janeiro-amazonia-teve-pior-desmatamento-da-decada-em-2021>. Acesso em: 8 ago. 2022.

JACARANDÁ, R.; MATZEMBACHER, P. Direitos humanos e o sistema de justiça nos conflitos de terra na Amazônia ocidental. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 323–350, 2018.

KILL, J. Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias. **WRM Bulletin**, v. 237, 29 abr. 2018.

LACAN, J. **Da Psicose Paranóica e suas Relações com a Personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 02: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. v. 1954–1955.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 03: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. v. 1955–1956.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 16: de um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. v. 1969.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 8: a transferência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992a.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b.

\_\_\_\_\_. A agressividade em psicanálise. (1948). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 104–126.

\_\_\_\_\_. O estágio do espelho como formador da função do eu. (1949). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 96–103.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 10: a angústia (1962-1963)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. O Simbólico, o Imaginário e o Real. In: **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 9–54.

LOHMANN, L. Carbon trading, climate justice and the production of ignorance: ten examples. **Development**, v. 51, n. 3, p. 359–365, 2008.

LUXEMBURG, R. **Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus**. [s.l.] Buchhandlung Vorwärts Paul Singer, 1913. v. 1.

MARX, K. Das Kapital, Buch 3, Vierundzwanzigstes Kapitel. Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation. In: **Karl Marx, Friedrich Engels Werke**. [s.l.] Diez, 1962. v. 23p. 741–791.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da Economia Política: Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1. (Coordenação e revisão de Paul Singer Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Processo de Produção do Capital. Tomo 1. (Coordenação e revisão de Paul Singer Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2017.

MILLER, J.-A. Suture (Elements of the Logic of the Signifier). **Screen**, v. 18, n. 4, p. 24–34, 1977.

OUMA, S.; JOHNSON, L.; BIGGER, P. Rethinking the financialization of ‘nature’. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 50, n. 3, p. 500–511, 2018.

SCHMIDLEHNER, M. F. Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo. **Contra Corrente: territórios de disputa**, Rede Brasil. n. 5, 2012.

SCHMIDLEHNER, M. F. Soluções Baseadas na Natureza: arma milagrosa para salvar o clima ou “solução final” para as florestas e seus povos? **Golpe Verde: falsas soluções para o desastre climático**, v. 1, p. 21–29, 2021.

TELES, D.; SOUZA, I. Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha. **Dossiê ACRE**, p. 37–39, 2012.

WILSON, J. The shock of the real: The neoliberal neurosis in the life and times of Jeffrey Sachs. **Antipode**, v. 46, n. 1, p. 301–321, 2014.

WRM. Além das florestas: ONGs conservacionistas se transformam em “empresas”. **WRM Boletim**, v. 242, 28 abr. 2019.

ŽIŽEK, S. **The ticklish subject: The absent centre of political ontology**. [s.l.] Verso, 1999.

\_\_\_\_\_. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Ebook disponível em: < <https://fliphtml5.com/qcgcj/gmqq/basic>>. Acesso em: 12 abr. 2023.